

## PERCEPÇÃO DA ACESSIBILIDADE NOS CENTROS DE ENSINO DA UFPB - CAMPUS I

Iara Santos de Souza<sup>1</sup> ; Rozeane Santos de Souza<sup>1</sup>; Maria de Fatima Camarotti <sup>2</sup>

*Universidade Federal da Paraíba- Campus I/ iaragts@hotmail.com<sup>1</sup>*  
*Universidade Federal da Paraíba- Campus I/ rozeane\_jp@hotmail.com<sup>1</sup>*  
*Universidade Federal da Paraíba- Campus I/ fcamarotti@yahoo.com.br <sup>2</sup>*

### RESUMO

Desde a década de 90, a educação brasileira passa por diversas mudanças nas suas políticas educacionais, com a redefinição de diretrizes e ações elaboradas pelo MEC, para os diversos níveis e modalidades de ensino. O presente artigo vem debater a respeito de algumas das problemáticas envolvendo as questões que envolvem a acessibilidade dentro do *Campus I* da UFPB. Tomando como base as diferentes percepções dos indivíduos a respeito do tema, o centro ao qual fazem parte e interação com pessoas deficientes que convivem diariamente na comunidade universitária. A preocupação com o assunto, surge a partir da necessidade de se pensar novas formas de promover a acessibilidade na sociedade em geral, e mais especificamente, no meio acadêmico. Diversas leis e decretos atestam a necessidade de incentivar a entrada e permanência de estudantes deficientes nas instituições de ensino superior. É um dever do estado assegurar que isso aconteça, não obstante, todo o indivíduo, ser social, tem a responsabilidade de também afirmar seu compromisso para possibilitar que todas as pessoas possam usufruir dos espaços acadêmicos da melhor forma possível. Atualmente, muitas pessoas ainda não se atentam muito a questões que envolvam essas temáticas, provavelmente por desatenção ou falta de interesse. Estudos, como este, visam ampliar a percepção dos indivíduos para o mundo que os rodeia, além de fazer todos nós refletirmos sobre valores éticos e morais, do mesmo modo que também proporciona uma reflexão sobre as diferentes necessidades de todos os sujeitos, sejam eles deficientes ou não.

**Palavras-Chave:** Educação. Universidade. UFPB. Inclusão.

### INTRODUÇÃO

Desde a década de 90, a educação brasileira passa por diversas mudanças nas suas políticas educacionais, com a redefinição de diretrizes e ações elaboradas pelo MEC, para os diversos níveis e modalidades de ensino, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Segundo Oliveira (2007), as mudanças na política de educação inclusiva merecem destaque. Desde 1993, ocupa espaço nas legislações e na formulação de metas para o ensino público e privado. Política essa referendada em documentos que resultam de encontros internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração da Guatemala (1999).

O ingresso de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), especificamente daqueles com algum tipo de deficiência, nas universidades brasileiras não é mais uma utopia. Indicadores da educação das pessoas com deficiência no Brasil apontam que o crescimento de matrículas no ensino superior cresceu, em dez anos, aproximadamente 575,4% passando de 5.078 matrículas em 2003 para 29.221 matrículas em 2013 (BRASIL, 2013).

Esse crescimento demonstra uma série de medidas inseridas na legislação brasileira para garantir o acesso e as condições de atendimento adequadas às pessoas com deficiência no Ensino superior, destacando-se, entre outras, as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996 (LDBEN), Portaria no 3.284 (2003), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Decreto nº 7.611 (2011) e a Lei nº 13.146 (2015).

Um outro decreto que marcou a história da inclusão foi o decreto nº 5.296/2004, no qual passa-se a exigir que os estabelecimentos de ensino cumpram algumas determinações de acessibilidade para poder conseguir a autorização de abertura e funcionamento, como também para renovação de cursos. Para isso, é necessário que esses estabelecimentos de ensino cumpram algumas normas referentes à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e urbanística; que professores, funcionários e alunos com deficiência possam exercer suas atividades nas mesmas condições que os demais alunos da instituição; e que seja impedida e reprimida qualquer ação discriminatória com relação a essas pessoas (Decreto no 5.296, 2004). Esse decreto, por sua vez, apresenta uma nova forma de ver a Educação, ou seja, não há mais espaço para as instituições que não forem inclusivas. Os estabelecimentos de ensino precisam adequar-se a essa nova realidade na qual vivemos.

Todas as ações que promovam a permanência de alunos no Ensino Superior, que foram acima destacadas, regulamentam-se por meio do Decreto no 3.298/1999, sendo

reafirmada a importância de oferecer o apoio necessário ao aluno com deficiência de acordo com sua especificidade, inclusive adaptando as provas e oferecendo tempo adicional na realização delas (Decreto no 3.298, 1999). Destaca-se, ainda nesse decreto, a inclusão de conteúdos ou disciplinas com temas relacionados à deficiência, sugerindo a alteração dos currículos; esse aspecto já estava previsto na Portaria no 1.793/1994, no entanto, Chacon (2001) aponta que poucas universidades federais fizeram adequações em seus currículos.

Entre as políticas mais recentes que contribuem para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ao ensino superior, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b), que reserva um percentual de bolsas às pessoas com deficiência em universidades privadas, desde que atendam aos critérios estabelecidos no programa; e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), conforme Portaria Normativa n. 14, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que cita normas gerais e critérios básicos com o objetivo de incluir um número maior de pessoas com deficiência no meio acadêmico, tanto em instituições públicas como em particulares.

A educação é um direito de toda sociedade, perante a lei todos são iguais, e as instituições escolares devem matricular todos os alunos, independente do grau ou tipo de deficiência, sendo assim “[...] a legislação é explícita quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças” (FRIAS; MENESES, 2008, p.03).

A proposta do trabalho é examinar a promoção da acessibilidade que os Centros de Ensino da UFPB dispõem para os alunos com algum tipo de deficiência, além de averiguar a percepção de alunos que não possuem nenhum tipo de deficiência comprovada, sobre políticas de inclusão e acessibilidade adotadas nos Centro de Ensino aos quais fazem parte e na universidade como um todo.

## **METODOLOGIA**

Foi utilizado como procedimento teórico-metodológico a pesquisa qualitativa, que segundo Fonseca (2002), se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. E entre as estratégias qualitativas, a pesquisa-participante foi aqui destacada, onde os participantes deixam de ser objetos de estudo para serem pesquisadores, produtores de

conhecimento sobre sua própria realidade (DEMO, 2004).

Triviños ainda explicita que a abordagem de pesquisa qualitativa precisa ter uma natureza que procura uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão do estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. Assim, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente considerando uma série de condições, sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para a entrevista, etc. (TRIVIÑOS, 1987).

O público alvo do trabalho foram acadêmicos dos diferentes Centros da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O levantamento de dados foi feito a partir de um questionário eletrônico, criado em uma plataforma online do Google (**Figura 1**). Obtivemos um total de 37 questionários respondidos, com 7 perguntas de múltiplas escolhas. As perguntas foram organizadas da seguinte forma:

1- Você possui algum tipo de deficiência?

- Não
- Sim, Físico-motora
- Sim, Auditiva
- Sim, Visual
- Sim, Outras

2- Qual centro de ensino da UFPB que você estuda?

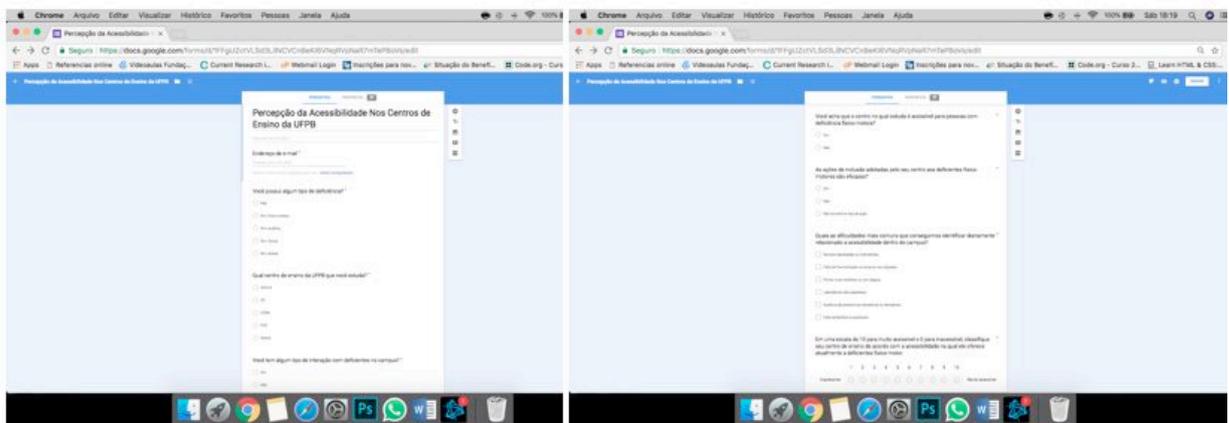
- CCHLA
- CE
- CCEN
- CCS
- OUTROS

3- Você possui algum tipo de interação com deficientes no campus?

- Sim
- Não

- 4- Você acha que o centro no qual você estuda é acessível para pessoas com qualquer tipo deficiência?
- Sim
  - Não
- 5- As ações de Inclusão adotadas pelo seu centro aos deficientes são eficazes?
- Sim
  - Não
- 6- Quais as dificuldades mais comuns que conseguimos identificar diariamente relacionado a acessibilidade dentro do campus I da UFPB?
- Rampas depreedadas ou inexistentes.
  - Falta de Pavimentação ou buracos nas calçadas.
  - Portas muito estreitas ou com degrau.
  - Laboratórios não-adaptados.
  - Ausência de plataformas elevatórias ou elevadores.
  - Falta de banheiros acessíveis.
- 7- Em uma escala de 10 para muito acessível e 0 para inacessível, classifique seu centro de ensino de acordo com a acessibilidade na qual ele oferece atualmente a deficientes físico-motor.

**Figura 1-** Questionário eletrônico que os participntes da pesquisa responderam (estudantes da UFPB).



**Fonte:** os autores, 2018.

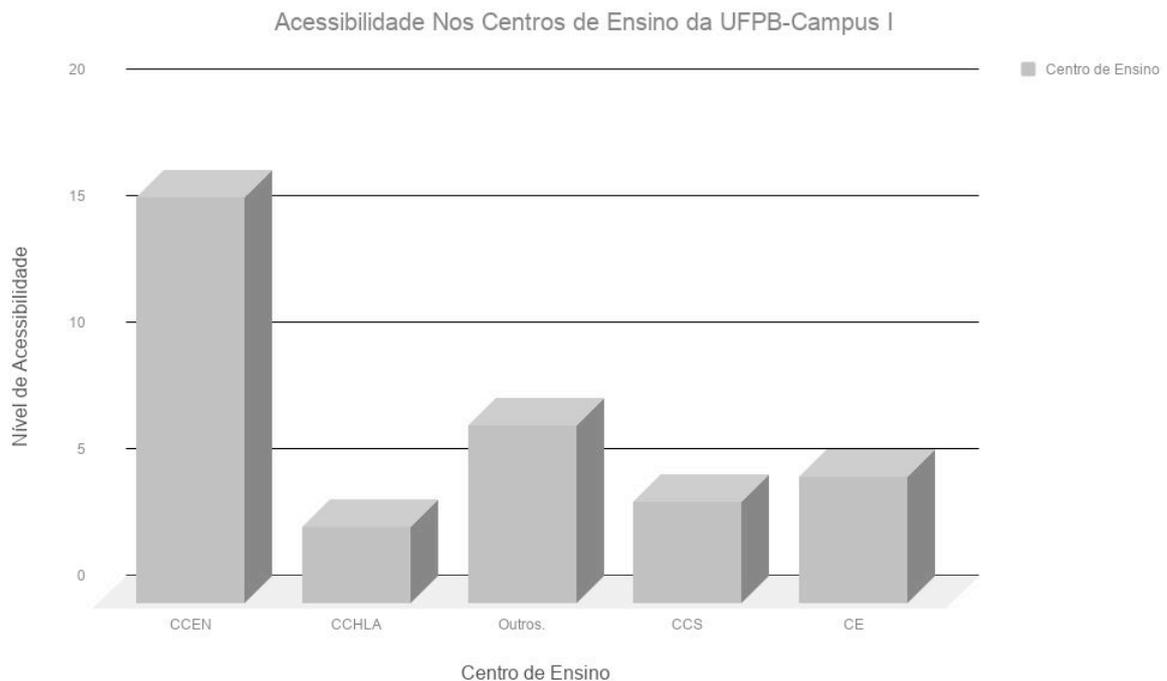
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livre acesso de todas as pessoas no ambiente acadêmico é resultante de um conjunto de normas referentes à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e urbanística; as quais procuram promover que professores, funcionários e alunos com deficiência possam exercer suas atividades nas mesmas condições que os demais alunos da instituição e que seja impedida e reprimida qualquer ação discriminatória com relação a essas pessoas. Questionados a respeito se possuíam algum tipo de deficiência, 91,9% afirmaram não ter nenhum tipo; 5,4% relataram possuir deficiência físico-motora e 2,7% apresentam outro tipo de deficiência. De acordo com os dados do IBGE (2010) Cerca de aproximadamente 45,6 % milhões de pessoas afirmam possuir algum tipo de deficiência no Brasil, sabemos que mesmo com números tão significativos essas pessoas ainda possuem muitas dificuldades e ainda existe falta de informação sobre esse assunto, o que acaba dificultando a inclusão dessas pessoas na sociedade. Com esse questionamento, observamos que mesmo que a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa não apresentem nenhum tipo de deficiência, os outros alunos que afirmaram ter alguma deficiência têm todos os direitos de total acessibilidade dentro da instituição e permanecer na instituição de ensino de acordo com as leis e decretos.

Na segunda questão foi perguntado em qual Centro os entrevistados estudavam. 48,6% responderam que são estudantes do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); os demais, cerca de 10,8% declararam estudar nos Centros de Saúde, Exatas e Educação. Ao serem indagados sobre manter ou não algum tipo de interação entre alunos com deficiência no *Campus*, 24,3% afirmaram não possuir interação com alunos deficientes e 75,7% afirmaram ter interações com alunos deficientes.

Quando questionados sobre a acessibilidade no seu Centro de Ensino, grande parte dos alunos relataram falta de acessibilidade como pode ser observado no **Gráfico 1** a seguir. Este que corrobora com o questionamento posterior sobre ações de inclusões eficazes para essa problemática, no qual 5,4% afirmaram que seus Centros possuem políticas de inclusão e que elas são eficazes, entretanto 94,6% deles declararam não haver eficácia nas políticas de integração adotadas pelos Centros de ensino.

**Gráfico 1** - Acessibilidade nos Centros de Ensino da UFPB - *Campus I*



**Fonte:** os autores, 2018.

Podemos observar que a maior parte dos entrevistados, consideram que o CCEN é inacessível a deficientes físico-motor, dentre as razões para esta inacessibilidade 75,6% avaliaram ser por inexistência de rampas ou depredação das mesmas, ausência de plataformas elevatórias ou elevadores e laboratórios não-adaptados; 18,9% avaliaram que além das razões ditas anteriormente, a falta de pavimentação e buracos na calçada prejudicam o acesso, além de portas estreitas ou com degraus em salas de aula; cerca de 5,5% afirmaram a ausência de banheiros acessíveis em seus Centros de ensino.

Sabemos que existe inúmeras leis e decretos que amparam as pessoas com necessidades especiais no nosso país, exemplo disso é a formalização das leis que regem as normas e os critérios de acessibilidade ao deficiente físico como a lei da acessibilidade (Lei Nº 10.098/2000), os parâmetros da Norma Brasileira NBR-9050, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996 (LDBEN), Portaria no 3.284 (2003), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Decreto nº 7.611 (2011), a Lei nº 13.146 (2015), Decreto nº 5.296/2004 entre outras.

Os alunos entrevistados também avaliaram em uma escala de 1 à 10 a acessibilidade dos Centros e 51,3% consideraram seus Centros inacessíveis; 37,8% pouco acessível e só 10,9% consideraram seu Centro de ensino muito acessível.

Nessa pesquisa podemos observar que a falta de acessibilidade dos Centros de ensino e as poucas políticas de integração que não são eficazes, prejudicam o acesso dos alunos, e, em decorrência disto também afeta sua permanência na UFPB. Esses problemas são vivenciados não só pelos estudantes deficientes físico-motor, mas também por aqueles estudantes que mantêm uma proximidade ou interação, estes compreendem as dificuldades de se locomover por ambientes inacessíveis.

## CONCLUSÃO

Em vista do assunto abordado, conclui-se que, nos dias atuais, a acessibilidade vem se tornando um assunto cada vez mais debatido em todos os meios sociais, em especial o acadêmico. Diversas leis e decretos corroboram com a necessidade de incentivar a entrada e permanência de alunos deficientes nas instituições de educação superior. O que não isenta as pessoas de também trabalharem para possibilitar o livre acesso de todos a todos os espaços da universidade. Atualmente, muitas pessoas ainda não se atentam muito a questões que envolvam essas temáticas, provavelmente por desatenção ou falta de interesse. Estudos, como este, visam ampliar a percepção dos indivíduos para o mundo que os rodeia, além de fazer todos nós refletirmos sobre valores éticos e morais, do mesmo modo que também proporciona uma reflexão sobre as diferentes necessidades de todos os sujeitos, sejam eles deficientes ou não.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 out 1989. Seção 2, p.7/16.

BRASIL, Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Brasil: Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 nov 2000. Seção 1, p.4/17.

BRASIL, Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL, Lei no 13.146, de 6 de Julho de 2015 (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015. 01 jun. 2018. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**: 2013. Brasília, DF.

CHACON, M.C.M. (2001). **Formação de recursos humanos em educação especial: respostas das universidades à recomendação da Portaria Ministerial no 1793 de 27/12/1994**. Tese de Doutorado e Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, SP.

D'ÁVILA, G. T. et al. Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 350-358, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos V 8**. Brasília: Líber Livro, 2004.

FRIAS, E. M. A.; MENESES, M. C. B. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao Professor do Ensino regular**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>. Acesso em: 26 de mai. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002  
IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.